



Palavras - chave:

Habermas; Rüsen; Interesses.

TEORIA DO CONHECIMENTO E TEORIA DA HISTÓRIA: APROXIMAÇÕES ENTRE HABERMAS E RÜSEN

João Elter Borges Miranda ¹
Willian Cipriani Barom²

INTRODUÇÃO

No presente trabalho problematizaremos os pontos de contato entre a proposição de Rüsen para o fundamento da constituição da ciência histórica e a teoria do conhecimento habermasiana, mais especificamente a teoria dos interesses cognitivos presente nesta, e que versam sobre a teoria da ação comunicativa de Habermas.

Para realizar essa problematização, num primeiro momento realizaremos uma breve contextualização recuperando os principais constructos que versam sobre a razão nos séculos XIX e XX, com enfoque em Kant, Nietzsche, Adorno e Horkheimer. Em seguida, refletiremos a respeito das principais proposições de Habermas para a razão e, em consequência, para a teoria do conhecimento. Para tanto, analisaremos as publicações de comentaristas, além das obras originais deste pensador alemão (HABERMAS, 2000, 2012a, especialmente *Conhecimento e Interesse*). A seguir, realizaremos a nossa análise sobre os pontos de contato entre Habermas e Rüsen, tendo como fio condutor o fundamento “interesses”, conceito presente na teoria do conhecimento habermasiana e na teoria da história rüseniana. No que concerne os trabalhos de Rüsen, analisaremos o *Razão Histórica*, o qual é o primeiro volume de sua trilogia intitulada *Os Fundamentos da Ciência Histórica*; daremos enfoque na matriz disciplinar da ciência histórica formulada por este historiador.

É preciso considerar que Rüsen é um pensador eclético. Tendo em vista isto, ressaltamos desde já que não estamos afirmando aqui que as reflexões dele sobre a constituição da ciência histórica são toda e completamente de origem habermasiana. O que nos propomos aqui, frisamos, é nada além de apontar proximidades entre os dois autores, que Wiklund (2008, p. 42), Cerri (2011, p. 63), Duarte da Silva (2000, p.158) e Barom (2017, p. 72) já afirmaram que existem.

Vale ressaltar também que apontar contatos entre autores, especialmente grandes pensadores como é o caso de Habermas e Rüsen, é sempre um exercício problemático, pois, não raro, acabamos vendo-o no aspecto da obra que queremos. Por isso, é inerente o caráter provisório do resultado da presente pesquisa, cuja plausibilidade precisará ser confirmada. As-

Resumo: No presente artigo realizaremos uma breve análise com o objetivo de verificar uma possível aproximação entre as reflexões de Jörn Rüsen, acerca do processo constituição do conhecimento histórico, com as proposições habermasianas para uma teoria da história pautada pelo agir comunicativo. Wiklund (2008, p. 42), Cerri (2011, p. 63), Duarte da Silva (2000, p.158) e Barom (2017, p. 72) já afirmaram que existem pontos de contato entre a teoria da história rüseniana e a teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas, porém, aqui objetivamos aprofundar essa hipótese analisando os fundamentos propostos pelo historiador alemão para a constituição do conhecimento histórico, o qual estabelece como ponto de partida o princípio “interesses”; a reflexão nossa versará comparando essa teoria com a teoria do conhecimento de Habermas, o qual estabelece uma relação com o objeto a partir do telos da linguagem estratificado na interação entre sujeitos. Vale ressaltar que entendemos que as origens do pensamento rüseniano não são todas de fonte habermasiana, tratando-se somente de alguns pontos de contato entre ambos pensadores..

1 Graduado em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Email: recapiari636@gmail.com

2 Orientador. Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

sim, ressaltamos que o presente trabalho não tem, obviamente, o intuito de esgotamento das críticas à Habermas e à Rösen. O propósito é demonstrar o possível entrelaçamento crítico na obra de Rösen [Razão histórica: os fundamentos da ciência histórica], com a conceituação epistemológica da teoria do conhecimento fundamentada por Habermas.

Dessa forma, o presente trabalho refletirá sobre a contribuição da teoria do conhecimento de Habermas no desenvolvimento da teoria da história de Rösen. Partiremos do pressuposto de que uma teoria não é um “livro de receitas” (RÖSEN, 2007a, p. 13) e entendemos que a nossa discussão é apenas uma interpretação acerca de uma possível influência de Habermas sobre o pensamento de Rösen. Considerando isso, faremos a análise tendo clareza de que “pensar os aspectos formativos de uma teoria é mergulhar num conjunto de tradições que possibilita perceber as inovações e o conjunto processual do desenvolvimento do conhecimento histórico” (SOUZA GOMES, 2012, p. 171). Sem esse caminho epistemológico, seria difícil relacionar ambos sem caricaturar a complexidade da crítica dos dois.

A TEORIA DO CONHECIMENTO HABERMASIANA

Habermas realiza uma análise dos trabalhos da primeira geração da teoria crítica, através da qual busca, como disse a filósofa Kátia Rocha Salomão, “promover um resgate da razão nos moldes do projeto da Aufklärung – que era a condição sine qua non da possibilidade do homem [sic] emancipar-se” (ROCHA SALOMÃO, 2008, p. 9). Noutras palavras, a razão inserida nesse “projeto de esclarecimento era a condição de atingir a maioridade (Mündigkeit); ou seja, ter autonomia, libertando-se dos grilhões fundidos com a incapacidade de se servir do entendimento sem a orientação de outrem” (BORGES MIRANDA e BAROM, 2018a, p. 194).

Nietzsche, analisando o projeto da Aufklärung, “acabou por identificar a razão kantiana com a do-

minação, atacando a dicotomia kantiana do mundo sensível e do não-sensível, mas não nega o Aufklärung” (BORGES MIRANDA e BAROM, 2018a, p. 195):

Este Esclarecimento nós devemos agora leva-lo adiante – sem nos afligir com o fato de que houve uma “grande revolução” e, por sua vez, uma “grande reação” contra ele, e mesmo que ainda há: são de fato apenas jogos de ondas, em comparação com a verdadeira inundação, em que nós boiamos e queremos boiar (NIETZSCHE, 1983, p. 178).

Entretanto, como já apontamos (BORGES MIRANDA e BAROM, 2018a, p. 195), “o esclarecimento é levado adiante por Nietzsche num sentido diferente de Kant”, pois para aquele, “a modernidade não detém mais o senso da virtú renascentista e da autenticidade, haja vista a incapacidade do indivíduo [...] de significar as experiências”. Pode-se entender que a origem dessa deve-se a uma aceleração do processo histórico³

Diante dessa constatação, o projeto de Aufklärung passa a ser rejeitado por Nietzsche. “Com Nietzsche, o iluminismo atingiu um novo patamar de reflexividade: voltou-se contra si mesmo e passou a denunciar a própria razão” (ROUANET, 1987, p. 334). Adorno e Horkheimer, geração de filósofos posteriores a Nietzsche, concordam com a análise nietzschiana. Adotam, consequentemente, o seu binômio razão imbricado a dominação.

Para Adorno e Horkheimer o conceito de aufklärung traz consigo uma “razão alienada que se desviou do seu objetivo emancipatório original, transformando-se em seu contrário: a razão instrumental, o controle totalitário da natureza e a dominação incondicional dos homens [sic]” (FREITAG, 1986, p. 35).

Além de renegar o ideal de esclarecimento, Adorno e Horkheimer querem entender o porquê do “homem moderno [sic], em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano, está se afundando em uma nova espécie de barbárie” (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 11). “Habermas busca apreender criticamente a reflexão desses

3 Segundo Penna, a historiografia, especialmente a que parte de uma perspectiva teórica de cunho marxista, propõe a tese de que o processo de aceleração das transformações do processo sócio histórico inicia-se com a Primeira Revolução Industrial e a Revolução Francesa. Tem início nesse período e se intensifica no XIX, ao ponto de o XX ser compreendido por Hobsbawm como a ‘Era dos extremos’. Foi um processo de mudança não só na velocidade com que as coisas se transformam, mas também nas percepções do tempo e da história. Antes dessas duas revoluções, não se acreditava numa ruptura com o passado. Isto é, as pessoas acreditavam que suas vidas seriam basicamente semelhantes às dos seus antepassados. As revoluções inseriram o coeficiente de mudança na consciência histórica delas. Paulatinamente, o tempo deixa de ser concebido como estático e tudo aparenta acontecer mais rapidamente (PENNA, 2015, p. 81-83 apud BORGES MIRANDA e BAROM, 2018, p. 195). Assim como Penna, Giddens compreende que “as civilizações tradicionais podem ter sido consideravelmente mais dinâmicas que outros sistemas pré-modernos, mas a rapidez da mudança em condições de modernidade é extrema. Se isto é talvez mais óbvio no que toca à tecnologia, permeia também todas as outras esferas” (GIDDENS, 1991, p. 15).

dois frankfurtianos ao esclarecimento do movimento promovido principalmente por Kant no século XVIII, com o objetivo de transportar a *Aufklärung* para o mundo contemporâneo” (BORGES MIRANDA e BAROM, 2018a, p. 1997). Assim, ele vai na linha contrária dos principais filósofos da Escola de Frankfurt, pois, “motivado pelo desejo de uma razão capaz de promover a autonomia, na velha roupagem no sentido do projeto de *Aufklärung*, em que é capacitada da força libertadora, [Habermas] percebe ser necessário realizar um olhar ulterior a tal momento da malgrada identificação [razão e dominação]” (ROCHA SALOMÃO, 2008, p. 9). Para tanto, Habermas adota um conceito de razão pautado pela pragmática do agir comunicativo entre sujeitos, processo em que o telos da ação é a linguagem:

Pressupõe a linguagem como um meio de entendimento [...] em que falantes e ouvintes se referem, a partir do horizonte pré-interpretado pelo mundo da vida, simultaneamente há algo no mundo objetivo, social e subjetivo, a fim de negociar definições das situações que possam ser compartilhadas por todos (HABERMAS, 2012a, p. 34).

Dessa maneira, Habermas rompe com a filosofia da consciência, propondo uma teoria do conhecimento que não se baseia no paradigma do sujeito monológico, pressuposto que entende a relação do indivíduo com o objeto como sendo de mão única. Quando constata que a filosofia da consciência está esgotada, Habermas entende que a relação sujeito-objeto também não atende mais às necessidades epistemológicas do seu tempo, pois trata-se de uma relação monológica em que, diferentemente da relação intersubjetiva, não há entendimento recíproco.

Dialogando com a psicanálise freudiana, Habermas desenvolve uma teoria do conhecimento que possa resgatar a autorreflexão e a subjetividade no processo científico, que foram deixados de lado pelo objetivismo dos positivistas fundamentado na matematização e exatidão. A psicanálise, enquanto ciência subjetiva que se desenvolve na sua dupla face consciente e inconsciente, possibilita à Habermas trazer a subjetividade para dentro da racionalidade. Ele argumenta que:

A psicanálise é, para nós, relevante como único exemplo disponível de uma ciência que reivindica metodicamente o exercício auto-reflexivo. Com o surgimento da psicanálise abre-se, através do caminho peculiar à lógica da pesquisa, a perspectiva de um acesso metodológico a esta dimensão disfarçada pelo positivismo (HABERMAS, 1982, p. 233-234).

Logo, “Habermas critica a estrutura das ciên-

cias objetivistas que negam a autoreflexão como um elemento fundante da construção do conhecimento, tendo em vista que todo conhecimento constitui numa objetividade a partir de interesses” (SOARES DE MEDEIROS & BRAGA MARQUES, 2003, p. 3). Para Habermas, os interesses têm o papel de guia do conhecimento, apontando o horizonte, o caminho, a direção, sendo assim os a priori do conhecimento. Nas palavras dele, os interesses são “as orientações básicas que aderem a certas condições fundamentais da reprodução e da autoconstituição possíveis da espécie humana” (HABERMAS, 1982, p. 217). Considerando que, inerente aos interesses, está a ação, pode-se dizer que “todo conhecimento que traz subjacente um interesse é, em si, consequência de uma ação interessada” (SOARES DE MEDEIROS & BRAGA MARQUES, 2003, p. 13), que se dá mediante à comunicação entre os sujeitos, tendo em consequência a linguagem como categoria central.

Tendo em vista que os interesses estão por trás do processo de conhecer, como ponto de partida e guia diretiva a priori do conhecimento, conclui-se que para Habermas é cabível ao projeto moderno da *Aufklärung* os interesses dos sujeitos pela emancipação.

Habermas escreve a obra *Conhecimento e Interesse* para contraargumentar não só a primeira geração da Escola de Frankfurt, especialmente Adorno e Horkheimer, mas também o neopositivismo popperiano. Enquanto Popper e seus discípulos seguem a tradição objetivista, Habermas resgata, dialogando com a psicanálise, a subjetividade do sujeito para o interior da teoria do conhecimento. Enquanto Adorno e Horkheimer questionam o projeto da *Aufklärung* apontando os desencontros que os produtos da racionalidade instrumental, isto é, as grandes transformações científicas, tecnológicas e, sobretudo, culturais, Habermas propõe que subjaz todo processo de conhecimento os interesses dos sujeitos, não sendo o conhecimento o verdadeiro responsável pelos eventos trágicos que marcaram o longo século XX, e sim os a priori do conhecimento. É como a parábola do martelo e o assassinato, que busca mostrar que o mesmo objeto pode construir e matar, mas aponta que a culpa da morte não está no objeto, no martelo, mas sim nas mãos de quem o usou. No mesmo sentido, a causa dos eventos ocorridos no mundo moderno, como o Holocausto, não está no conhecimento que propiciou a construção das câmaras de gás, mas sim no interesse por trás desse conhecimento científico.

RÜSEN E A TEORIA DO CONHECIMENTO HABERMASIANA

Assim como Habermas, Rüsen também parte da premissa de que em todo processo de construção do conhecimento há a priori o interesse cognitivo do sujeito. Os interesses, para o historiador, ensinam extrair do passado um “sentido para o presente” através da interpretação realizada a partir das “carências de orientação”; tendo claro que “a satisfação de determinadas carências é sempre também um processo de produção de novas carências” (RÜSEN, 2001, p. 57). Ou seja, o processo de constituição do conhecimento histórico, para Rüsen é resultado, em primeiro lugar, das carências de orientação, as quais “se articulam na forma de interesse cognitivo pelo passado” e são o primeiro fator de um processo que envolve cinco fatores, ordenados por ele em sua matriz disciplinar (RÜSEN, 2001, p. 34).

Tendo em vista as inúmeras perspectivas e estratégias de pesquisa que se formou na ciência histórica ao longo do século XX, Rüsen propõe que o método histórico deveria levar em conta essas múltiplas correntes historiográficas, que estão em constante comunicação, de modo a possibilitar a assimilação dessa pluralidade e permitir a percepção dos princípios que lhes é comum (RÜSEN, 2001, p. 27).

Rüsen não é pioneiro que objetiva entender em sua completude a operação historiográfica. Como foi dito na introdução, em outras formulações buscou-se essa visão de conjunto, mas, faziam-na à maneira de um manual, através de uma estrutura enciclopédica, criando ao fim uma compartimentação estéril por justaposição de disciplinas históricas diferentes. Segundo Rüsen, “à maneira de um manual, ela difundiu os resultados obtidos até então pela pesquisa histórica e fixou, ao mesmo tempo, os critérios determinantes dessa pesquisa, as regras da historiografia e, de forma esquemática, a história do pensamento histórico e de sua historiografia” (RÜSEN, 2001, p. 28).

Considerando o avanço do número de subáreas presentes na ciência histórica, segundo Rüsen a apresentação enciclopédica da ciência histórica se tornou problemática, pois esse *modus operandi* para a reflexão da produção do conhecimento histórico com o objetivo de vislumbrar em seu conjunto a ciência histórica, contra arrestaria a teoria da história ao deparar-se com a aceleração da produ-

ção e da pluralização dessa ciência. Nas palavras de Rüsen, isso aconteceria porque:

Os princípios do pensamento histórico, determinantes da história como ciência, não são recuperados com clareza na pesquisa e na historiografia. Eles estão mesclados num mundaréu de formas de pensar a história, de abordagens metódicas, apresentações historiográficas, intenções e finalidades veladas ou explícitas, não raro controvertidas – em suma, em uma grande diversidade de manifestações empíricas (RÜSEN, 2001, p. 20).

A teoria da história ficaria, conseqüentemente, envolveria a ciência histórica numa roupagem ultrapassada. Como “não se devem perder de vista, na multiplicidade dos conhecimentos obtidos pela ciência da história e na variante dos recursos metódicos, procedimentos de pesquisa e técnicas de exposição por ela desenvolvidos, os fatos gerais e fundamentais do pensamento histórico” que constituem a ciência histórica, é preciso realizar uma abordagem panorâmica diversa do modelo enciclopédico (RÜSEN, 2001, p. 28).

Para tanto, o projeto de Rüsen busca, num alto grau de abstração, criar uma teoria da história que possibilite uma visão de conjunto da ciência histórica, investigando os princípios presentes em todos os estudos históricos, de modo que todo o volume do que a ciência histórica produz é decantado para fornecer o essencial. A rede desses princípios foi Rüsen denominou de “matriz disciplinar da ciência histórica”, a qual ele definiu como “o conjunto sistemático dos fatores ou princípios do pensamento histórico determinantes da ciência da história como disciplina especializada” (RÜSEN, 2001, p. 29). Dessa forma, Rüsen aponta que a teoria da história vai para além da práxis historiográfica, apoiando-se nela e “colocando-a em evidência de uma forma peculiar: como objeto do conhecimento – forma pela qual não é conhecida pelos historiadores, quando praticada” (RÜSEN, 2001, p. 15), permitindo assim investigar elementos que “sem suas análises ‘teóricas’, permaneceriam na obscuridade de supostas obviedades” (RÜSEN, 2001, p. 14). Em conseqüência, teoria da história rüseniana mantém uma relação umbilical com a práxis das historiadoras e dos historiadores.

Segundo Rüsen, “a interdependência dos cinco fatores do pensamento histórico é patente: em conjunto, eles constituem um sistema dinâmico, no qual um fator leva ao outro, até que, do quinto, volta-se ao primeiro” (RÜSEN, 2001, p. 35). Essa rede “não se limita à ciência da história, mas designa igualmente as operações elementares e gerais da consciên-

cia histórica humana” (RÜSEN, 2001, p. 11-12). Entretanto, ao articula-los dessa forma na matriz disciplinar, “eles adquirem a especificidade que permite distinguir o pensamento histórico constituído cientificamente do pensamento histórico comum” (RÜSEN, 2001, p. 35).

O primeiro fator da matriz, como foi observado, é formado pelas “carências fundamentais de orientação da prática humana da vida no tempo” (RÜSEN, 2001, p. 35), as quais, interpretadas pelo segundo fator, as ideias, são articuladas na forma de interesses. Conforme Assis, “por agirem e sofrerem de acordo com intenções formadas a partir das representações que cultivam acerca da natureza e do mundo social, os seres humanos sempre estão diante de carências existenciais de orientação cultural” (ASSIS, 2010, p. 14). É para atender à essas carências que surge o conhecimento histórico.

O melhor ponto de partida parece ser aquele que, na vida corrente, surge como consciência histórica ou pensamento histórico (no âmbito do qual o que chamamos “história” constitui-se como ciência). Esse ponto de partida instaura-se na carência humana de orientação do agir e do sofrer os efeitos das ações no tempo. A partir dessa carência é possível constituir a ciência da história, ou seja, torna-la inteligível como resposta a uma questão, como solução de um problema, como satisfação (intelectual) de uma carência (de orientação). Pode-se chamar esse ponto de partida da reflexão sobre os fundamentos da ciência da história, resumidamente, de interesses. Trata-se do interesse que os homens têm – de modo a poder viver – de orientar-se no fluxo do tempo, de assenhorear-se do passado, pelo conhecimento, no presente. Interesses são determinadas carências cuja satisfação pressupõe, da parte dos que as querem satisfazer, que esses já as interpretem no sentido das respostas a serem obtidas. Tais interesses são abordados pela teoria da história a fim de poder expor, a partir deles, o que significa pensar historicamente e por que se pensa historicamente. A teoria da história abrange, com esses interesses, os pressupostos da vida quotidiana e os fundamentos da ciência da história justamente no ponto em que o pensamento histórico é fundamental para os homens [sic] se haverem com suas próprias vidas, na medida em que a compreensão do presente e a projeção do futuro somente seriam possíveis com a recuperação do passado (RÜSEN, 2001, p. 30).

Para Rüsen, portanto, o ponto inicial do processo de pensamento histórico é definido através da expressão “interesses”, mas ainda não são conhecimento histórico (RÜSEN, 2001, p. 30), pois, para que a consciência histórica entre em operação, será necessário o segundo fator da matriz, composto pelas ideias, as quais são “pontos de vistas supra-ordenados acerca do passado, no âmbito dos quais ele se

constitui e é reconhecido como ‘história’” (RÜSEN, 2001, p. 31-32) que se articulam como perspectivas orientadoras da interpretação histórica; a constituição do conhecimento histórico, após isso, ainda passará pelos outros fatores até adquirirem formas de apresentação, tornando-se conhecimento histórico com funções de orientação propriamente ditas.

Mesmo na década de 1980, quando Rüsen escreve o seu *Razão Histórica*, não é nenhuma novidade a ideia de que a ciência histórica dialoga não só com o passado, mas também com o presente e, conseqüentemente, com o futuro. Todavia, Assis aponta que “uma singularidade da teoria da história rüseniana é a articulação de tal ideia ao conceito filosófico de ‘sentido’ (Sinn). De acordo com Rüsen, as histórias de fato remetem ao passado dos grupos humanos, mas fazem-no, sobretudo, por estarem interessadas em extrair do passado um ‘sentido para o presente’” (ASSIS, 2010, p. 20). “E não há pensamento possível sobre história (nem sobre a ciência da história) que não esteja motivado por essa questão do sentido” (RÜSEN, 2001, p. 12). A constituição de sentido através das histórias é promovida quando o entendimento do processo histórico é, a partir de uma situação presente, permitido com o atrelamento do passado ao futuro. A origem da constituição de sentido está nas representações da continuidade temporal apresentadas sob a forma de uma narrativa.

Rüsen alude a importância da narrativa para a ciência histórica para contrapor-se aos pós-modernos, os quais defendem que “o caráter literário da ‘história’ como constructo de uma constituição mental de sentido é contraposto à pretensão de cientificidade do conhecimento histórico. Em outras palavras: uma qualidade estética da história é contraposta à racionalidade metódica de seu conhecimento” (RÜSEN, 2001, p. 150). Rüsen concorda com os pós-modernos no que tange a importância da narrativa histórica para a constituição do conhecimento. Entretanto, o historiador alemão aponta que as “narrativas históricas estabelecem com a ‘realidade histórica’, de que pretendem dar conta, uma relação de referência diversa daquela observada em outros tipos de narrativa” (ASSIS, 2010, p. 11-12); essa relação diversa se dá pela função da ciência histórica de atender às carências de orientação por intermédio da constituição de sentido.

De acordo com Assis, “na matriz disciplinar da ciência da história de Rüsen, o termo ‘orientação’ refere-se tanto com a motivação quanto com a fi-

nalidade, tanto com o início quanto com o encerramento do pensamento histórico” (ASSIS, 2010, p. 17). Nesse sentido, Rüsen adota criticamente a teoria do conhecimento habermasiano – sustentada pela teoria dos interesses cognitivos –, ou seja, não a adota pura e simplesmente, visto que ele a ressignifica, englobando uma série de fatores que não se limitam a identificação do processo de construção do conhecimento somente com o que está a priori, mas também com o que vem a posteriori.

Ao adotar a teoria do conhecimento de Habermas, Rüsen atenta para o aspecto interesses dessa teoria, para elaborar o primeiro fator da matriz disciplinar. Com esse primeiro fator, como já apontamos noutro artigo, “Rüsen consegue fazer com que o conhecimento histórico não se relacione somente com o passado”, pois, através desse constructo, “estabelece que é nas relações intersubjetivas promovidas no presente” – no cotidiano do indivíduo intencional, ou, melhor dizendo, na vida prática, ou, ainda, na práxis da vida – “que as carências de orientação são formadas, gerando interesses pelo passado para atender às necessidades de orientação através do atrelamento do passado com o futuro” (BORGES MIRANDA e BAROM, 2018b, p. 183).

A articulação entre vida prática e conhecimento histórico se dá através de operações da consciência histórica que, numa articulação prática da cultura histórica, promove através de atos de fala a constituição e interpretação – via ideias – das carências de orientação; essas operações se realizam na vida quotidiana dos sujeitos. Sendo assim, a constituição do conhecimento histórico, no sentido elaborado por Rüsen, enseja promover a conexão íntima entre o pensamento e a vida, dando ao conhecimento histórico o seu caráter pragmático que vá para além de distinções entre teoria e práxis. Nas palavras de Rüsen:

O título “Pragmática” quer exprimir que as operações da consciência na vida corrente que se tenciona investigar e que se dão sempre que se pensa historicamente só são identificadas quando se analisa a vida quotidiana dos homens [sic], no curso da qual tais operações se realizam. A peculiaridade dessas operações da consciência – poder-se-ia designá-las também como atos de fala – só se evidencia quando se reconhece qual sua ‘inserção na vida’; por que ocorrem, que resultados alcançam na vida prática quotidiana dos que as realizam. As funções do pensamento histórico aparecem, à luz de uma análise desse tipo, não como algo relativo ao campo de aplicação exterior ao saber histórico, mas como algo intrínseco ao pensamento histórico, cuja estrutura e forma determinam de maneira marcante. Esse tipo de problematização vai além da distinção entre teo-

ria e práxis, entre conhecimento histórico no âmbito da ciência da história e aplicação desse conhecimento fora da ciência, e busca a conexão íntima entre o pensamento e a vida, na qual as operações da consciência histórica são reconhecidas como produtos da vida prática concreta. Somente a partir desse plano pode-se explicitar o que é ‘teoria’ no sentido de um saber histórico obtido e constituído cientificamente, em relação e em contraste com a práxis, na qual se faz uso dele (RÜSEN, 2001, p. 55-56).

Nesse sentido, para Rüsen a consciência histórica é o fundamento de partida no processo de entendimento do que é e o porquê é necessária a ciência histórica, pois o sujeito intencional “necessita estabelecer um quadro interpretativo do que experimenta como mudança de si mesmo e de seu mundo, ao longo do tempo, a fim de poder agir nesse decurso temporal, ou seja, assenhorear-se dele de forma tal que possa realizar as intenções de seu agir” (RÜSEN, 2001, p. 57). Esse quadro interpretativo pode ser descrito, segundo Rüsen (2001, p. 59), como consciência histórica, através da qual a orientação do agir (e do sofrer) humano no tempo é possibilitada a partir da articulação entre as experiências e as intenções e têm como origem os interesses estabelecidos na base da constituição do conhecimento histórico. Ou seja, “a consciência histórica é o trabalho intelectual realizado pelo homem [sic] para tornar suas intenções de agir conformes com a experiência do tempo” (RÜSEN, 2001, p. 59).

Para Barom e Cerri, Rüsen formula a consciência histórica como uma constante antropológica, logo, todos os seres humanos possuem. Considerando a consciência histórica como uma constante antropológica originada de carências de orientação, ele elabora uma teoria – aos moldes de uma Teoria Geral – que busque abarcar as múltiplas perspectivas da história, partindo dos “princípios formais e comuns que são evidenciadas em todas estas pesquisas da história, ou seja, as carências de orientação (BAROM & CERRI, 2012, p. 1001).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do fator interesses, Rüsen enseja realocar o papel do historiador, imbricando o ofício da história à vida prática. Dessa forma, ele reloca “o papel do historiador, da torre de marfim, isolado na academia, autolegitimado, a uma condição de cidadão comum, imerso na sociedade, com também interesses e carências” (BAROM & CERRI, 2012, p. 1002).

Rüsen alude a esse debate sobre a relação existente entre pensamento histórico e vida [através do fator interesses que enseja na constituição de sentido] devido em grande medida a dois grandes motivos: primeiro, por conta da perda de legitimidade da ciência histórica e do ensino de história na Alemanha Ocidental; segundo, devido ao ataque realizado em fins do século XIX por Nietzsche, o qual apontou a falta de pragmática do conhecimento histórico, afirmando este conhecimento específico como um emaranhando sobreposto de fatos sem aplicabilidade. Essas afirmações influenciaram, posteriormente, inúmeras reflexões histórico-filosóficas, compondo uma tradição de repúdio à historiografia que coloca em dúvida a função e importância do conhecimento histórico para a vida prática. Considerando isso, o esforço de Rüsen procura demonstrar a relação que o conhecimento histórico, através do fundamento interesses, tem com a vida cotidiana do sujeito (BORGES MIRANDA e BAROM, 2018b, p. 183).

Nietzsche, em sua segunda consideração intempestiva, publicada em 1874, na qual ele discorre a respeito da utilidade e dos inconvenientes da História para a vida, fala sobre a historiografia consequente do processo de adequação da ciência histórica à ciência moderna. A concepção moderna de ciência, que tem Galileu e Descartes como originários de um processo revolucionário, a chamada “revolução científica”, associa-se ao quanto se conhece da natureza; fundamenta-se num conceito de método que supostamente ensinaria o alçamento a maior proximidade possível da natureza em si; e congrega-se em noções como verdade, objetividade, precisão, demonstração, regularidade, leis gerais, etc (RIBEIRO, 2005, p. 17-18). Essa revolução nas ciências da natureza repercute nos séculos seguintes nas ciências relativas ao humano, apesar destas serem de ordem completamente diversa daquelas. A tentativa dessas ciências, ligadas às humanidades, de se adequarem aos novos paradigmas propostos pela ciência moderna possui repercussões de vários matices; na ciência histórica, conhecemos o positivismo, na França, e o historicismo, na Alemanha, entre outros. Atento a esse processo, Nietzsche irá em sua segunda consideração intempestiva promover uma tradição de repúdio à historiografia enquanto ciência, algo que permeou também o século XX, tendo Hayden White como adepto (MEGILL, 1994, p. 41). Preocupado em refletir sobre o sentido histórico para a vida prática, nesse trabalho Nietzsche questiona a função do conhecimento histórico, entendendo que, através do acúmulo de entulhos de fatos do passado, a historiografia estaria sacrificando a ação humana, especialmente devido ao excesso de história que abala e faz degenerar a vida.

O ataque do filósofo alemão dirigisse mais

especificamente para o historicismo alemão, especialmente devido ao fato dessa corrente – ligada ao país onde vivia o filósofo – tratar de forma fria, estática e sem relação com o presente o objeto histórico, “engessando” o passado, a memória e a tradição (RIBEIRO, 2012, p. 12). Ou seja, a necessidade de enquadrar os fenômenos em padrões precisos e leis gerais de experimentação e verificação, ensejou na perda de outras características próprias da ciência histórica ligadas, como a contingência, a particularidade, os valores, resultando na perda de sua função de constituição de sentido.

Considerando isso, o esforço de Rüsen procura, através do fundamento interesses, demonstrar como se dá, no processo de constituição de sentido do sujeito, a relação entre a vida cotidiana do mesmo e o conhecimento histórico, operação que se processa a partir das inter-relações entre passado, presente e futuro. Assim, esse historiador, a partir da teoria do conhecimento habermasiana – entre outras formulações –, elabora uma teoria da história que elenque à ideia de função da história, a conciliação entre o conhecimento histórico e a vida prática. Dessa forma, Rüsen realoca o papel do historiador, tirando-o de sua torre de marfim através da conciliação entre ofício da história e as carências da vida prática; além disso, retoma à história a sua importância para o cotidiano e para a sociedade como um todo. No entanto, isso não é suficiente para suprir a necessidade urgente de superação desse autor na construção de uma ciência histórica coletiva, pautada pela relação dialética entre a luta social concreta e o saber histórico. São nas lutas sociais que as reflexões adquirem a fundamentação necessária para a constituição de uma práxis revolucionária anticapitalista, que permita ao conjunto da classe trabalhadora adotar as armas da crítica na defesa de um admirável mundo novo que se oriente na direção do horizonte comunista. Rüsen, assim como Habermas, não nos dá esse aporte, sendo portanto fundamental a sua superação.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Lúcia Maria de Carvalho. **Razão comunicativa e teoria social crítica em Jürgen Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.

ASSIS, A. A. **A teoria da História de Jörn Rüsen: uma introdução**. Goiânia: Editora UFG, 2010.

BAROM, Wiliam C. C. **Integração latino-americana e consciência histórica: a noção de pertencimento latino-americano de jovens brasileiros no ano de 2013**. 2017. 254 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa. 2017.

_____. ; CERRI, Luis F. A Teoria da História de Jörn Rüsen entre a modernidade e a pós-modernidade: uma contribuição à didática da história. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 991-1008, set./dez. 2012.

_____. Cartografias Temporais: metodologias de pesquisa da consciência histórica. **Educação e Realidade**, v. 36, p. 59-81, 2011.

BORGES MIRANDA, João E; BARON, Wiliam C. C. Sobre o resgate promovido por Habermas do projeto kantiano de Aufklärung. **Revista Profanações**. Ano 5, n. 2, p. 192-220, jul./dez. 2018a.

_____. Sobre a validação da ciência histórica: Jörn Rüsen e a teoria do consenso habermasiana. **Revista Expedições: Teoria da História e Historiografia**. v. 9, n. 1, jan./abr. 2018b.

DUARTE DA SILVA, Luis Sérgio. Ação Comunicativa e Teoria da História: aproximação de Habermas e Rüsen. **História. Debates e Tendências** (Passo Fundo), Passo Fundo, v. 2, n. 1, p. 23-32, 2000.

FIRMINO DA SILVA, Ednaldo. **Emancipação e esclarecimento em Habermas**. 2014. 71 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-graduação em Filosofia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

FREITAG, B. **A teoria crítica: ontem e hoje**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

HABERMAS, Jürgen. **Conhecimento e interesse**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. **O Discurso filosófico da modernidade**. 3ª ed. Lisboa: Dom Quixote, 2000.

_____. **Teoria do Agir Comunicativo I: Racionalidade da ação e racionalização social**. Tradução Paulo Astor Soethe. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012a.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. **Dialética do Iluminismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1985.

_____. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In: ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Textos Escolhidos**. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1991.

_____. Resposta à pergunta: o que é Aufklärung?: In: **Paz Perpétua e Outros Opúsculos**. Lisboa: edições 70, 2002.

MEGIL, Allan. Jörn Rüsen's. Theory of Historiography between Modernism and Rhetoric of Inquiry. **History and Theory**, v. 33, n. 1, 1994.

NIETZSCHE, F. **Obras incompletas**. Trad. de Rubens Rodrigues Torres Filho. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983, col. Os Pensadores.

PENNA, Fernando. A total dúvida sobre o amanhã e o desafio de ensinar história: concepções de tempo na produção textual de alunos. **Revista História e Perspectivas**. nº53, 71-97, jan./jun. 2015.

REESE-SCHÄFER, Walter. **Compreender Habermas**. Tradução: Vilmar Schneider. Petrópolis: Vozes, 2. Ed. 2009. – (Série Compreender)

RIBEIRO, Claudio Fernandes. **A Prudência da História: a Tradição da Retórica e as Aporias da Modernidade**. 2012, 126 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

RÜSEN, J. **Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: UnB, 2001.

_____. **Reconstrução do passado: teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica**. Brasília: UnB, 2007a.

_____. **História Viva: teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: UnB, 2007b.

ROCHA SALOMÃO, K. **Um estudo genealógico das críticas proferidas à razão versus a esfera pública em Habermas.** 2008, 205 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, São Paulo, 2008.

ROUANET, Sérgio Paulo. **As razões do iluminismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SOARES DE MEDEIROS, Arilene Maria; BRAGA MARQUES, Maria Auxiliadora. Habermas e a teoria do conhecimento. **Revista Educação Temática Digital.** Campinas, v. 5, n. 1, p. 1-24, dez. 2003.

SOUZA GOMES, Wilson de. Aproximações de fronteiras: discussão sobre teoria da história e historiografia nas perspectivas de Rüsen e Droysen. **Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia.** v. 3, n. 2, julho-dezembro, 2012.

WIKLUND, Martin. Além da racionalidade instrumental: sentido histórico e racionalidade na teoria da história de Jörn Rüsen. **Revista História da historiografia.** nº 01, agosto, 2008.